

A INDIGNAÇÃO DOS PROFESSORES

16-Mar-2008

As escolas estão em polvorosa. Os professores estão indignados e, em conformidade, manifestam-se numa forma nunca vista. Algo de muito grave tem de estar a acontecer para que docentes não sindicalizados, normalmente afastados de disputas políticas ou sociais, venham agora para a rua dizer em alto e bom som que estão fartos das políticas educativas de Sócrates e da sua ministra Maria de Lurdes Rodrigues. E o que neste momento está a acontecer é a tentativa do Governo impor um sistema de avaliação de professores que, numa análise muito sumária, padece de três grandes males, a saber: Foi lançado de forma trapalhona; Apresenta uma calendarização de implementação impossível de cumprir e não visa melhorar a qualidade do ensino e premiar os melhores professores, mas tão só evitar, independentemente do mérito de cada um, que cerca de dois terços dos docentes alcancem o topo da carreira.

A trapalhice do processo está, por exemplo, no facto de se publicar em Diário da República o decreto sobre a avaliação dos professores onde se diz que as escolas têm vinte dias para elaborar instrumentos de registo e indicadores de medida com base num conjunto de recomendações formuladas por um conselho científico para a avaliação de professores e não ter procedido à criação deste conselho nem ter divulgado previamente os parâmetros de classificação das fichas de avaliação. Actuassem os professores com esta ligeireza em relação aos seus alunos e, no mínimo, o que teriam era um processo disciplinar por conduta incompetente e irresponsável. Aliás, foi esta atitude pouco adequada ao perfil exigível a um ministro dum Estado de Direito que explica as decisões dos tribunais em darem provimento às providências cautelares apresentadas pelos sindicatos, as quais suspendem os procedimentos das escolas em termos concretização do sistema de avaliação gizado pelo Governo.

A inadequação do calendário proposto às escolas face à realidade da vida, o mesmo é dizer face à realidade inexorável dos dias terem vinte e quatro horas e as semanas cinco dias úteis, está a manifestar-se numa espécie de comportamento esquizofrénico, com professores a reunirem permanentemente até altas horas da madrugada sem, no entanto, conseguirem terminar as tarefas que era suposto realizarem. Daqui à angústia e ao desespero que só a manifestação de rua acalma, por que funciona como catarse, é um passo. E, depois, vem o primeiro-ministro dizer que as movimentações dos professores são obra de comunistas e o professor Vital Moreira que tudo isto não passa de manobras dos "partidos de protesto". Em que país vive professor?

Que a avaliação dos professores, tal como o Governo a concebeu, não visa premiar a qualidade docente nem contribuir para um ensino com mais qualidade é algo que se percebe de imediato pela leitura minimamente atenta das célebres fichas de avaliação que o Ministério fez sair, por fim, sem que o órgão encarregado das elaborar tivesse sido criado — refiro-me ao conselho científico para a avaliação de professores. A ausência de qualquer objectivo formativo e a introdução de outros de cariz marcadamente subjectivos (disponibilidade, etc.) são indicadores claros do fim em vista: articular a avaliação dos professores com um sistema de quotas onde, à partida, o Governo define administrativamente que em cada estabelecimento de ensino só existe um determinado número de professores "muito bons" e "excelentes".

E assim estamos de ensino, com uma instabilidade crescente no interior das escolas a qual atingirá o rubro no terceiro período – altura dos exames – se este processo não for imediatamente suspenso para ser retomado em bases sérias no início do próximo ano lectivo. É isto que o bom senso aconselha. Mas quando a ministra da Educação escolhe Gondomar para reunir com a confederação de pais que financia anualmente em mais de vinte mil contos no sentido de angariar o apoio dos encarregados de educação na sua luta contra o que a sua equipa apelida de “professorzecos” e recebe sem pestanejar das mãos de Valentim Loureiro uma caravela de ouro acompanhada das palavras de que “todos os ministros e outras personalidades que visitam Gondomar, incluindo, como sabem, os árbitros, levam de cá sempre uma recordação”, temo, seriamente, que o bom senso já tenha desaparecido completamente de quem pelas funções que ocupa o devia ter sempre bem presente.